

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 002/2024

PROCESSO LICITATORIO 009/2024

INEXIGIBILIDADE 005/2024

PREAMBULO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PACUÍ - MG, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.474/0001-57, com sede na Praça João Dias de Castro, 64 – Cidade Nova na cidade de São João do Pacuí – MG – CEP 39.365-000, através do agente de contratação conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 007/2024, **TORNA PÚBLICO** a realização de **CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS, MÚSICOS E PROFISSIONAIS DE ARTE E CULTURA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PACUÍ**.

Os trabalhos serão conduzidos pelo agente de contratação e equipe de apoio nomeados pelas Portarias 044/2024, 045/2024 e 047/2024:

Presidente: *Júlio Fagner Costa Guimarães*

Equipe de Apoio: Marizete Alves Peixoto, Edson Luiz Oliveira Santos.

Para efeito deste Edital, compreende-se como CREDENCIAMENTO hipótese de inexigibilidade de licitação previsto no art. 79, I da Lei nº 14.133/2021 e art. 203, I do Decreto Municipal 007/2024, qual seja contratação paralela e não excludente visando a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas de todos os interessados que preencham as condições do Edital, conforme demanda da administração pública e respectiva previsão orçamentária.

Período de Recebimento de Documentos: **A partir do dia 06/05/2024.**

Horário para Recebimento dos Requerimentos: **07:00 às 12:00 horas de 14:00 às 17:00**

Local: **Praça João Dias de Castro, 64 – Cidade Nova, São João do Pacuí – MG – CEP 39.365-000**

Data da Primeira Sessão Pública para Abertura dos Envelopes: **15/05/2024 às 09h00min**

1 - OBJETO SUAS ESPECIFICAÇÕES E MOTIVAÇÃO

1.1 - CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS, MÚSICOS E PROFISSIONAIS DE ARTE E CULTURA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PACUÍ, nos quantitativos e especificações contidas no Projeto Básico Anexo I.

1.2 - Para efeito deste Edital, compreende-se como CREDENCIAMENTO hipótese de inexigibilidade de licitação previsto no artigo art. 79, I da Lei nº. 14.133/2021 e art. 203, I do Decreto Municipal 007/2024 caracterizado por inviabilidade de competição, em razão da natureza do serviço a ser prestado. O credenciamento possibilita a contratação de todos os interessados que preencham as condições do Edital, conforme demanda da administração pública e respectiva previsão orçamentária.

1.3 - Além de ser viável em função da desburocratização de processos licitatórios, a sua prática é viável economicamente, pois o valor a ser pago pela prestação do serviço já está

previamente estabelecido em uma margem estabelecida pela própria Administração após pesquisa de mercado de forma isonômica entre os interessados. A possibilidade de credenciar vários interessados proporcionará ao município de São João do Pacuí um melhor atendimento às finalidades organizacionais, políticas e sociais do evento, projeto ou atividade, mediante a contratação do maior número possível de prestadores de serviços artísticos, para diversas ações desta municipalidade com valorização e incentivos dos artistas locais.

1.4 - É assegurada a participação de artistas/bandas ou grupos que musicalmente utilizam uma multiplicidade de estilos na composição do seu repertório.

1.5 - Os prestadores do serviço não terão qualquer vínculo empregatício com o Município de São João do Pacuí, sendo de responsabilidade da Contratada todos os tributos e eventuais encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes das relações de trabalho, bem como o cumprimento das convenções coletivas da categoria e de todos os dispositivos legais pertinentes.

1.6 - O preço do serviço será estabelecido pela Administração Municipal, sendo que o credenciamento importará em aceitação das condições fixadas para a prestação do serviço.

1.7 - Correm à conta do prestador do serviço todas as despesas dele decorrentes, como transporte, alimentação, hospedagem.

1.8 - A Administração credenciará todos os interessados na prestação do serviço, desde que atendam às condições fixadas neste Edital.

2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições poderão ser realizadas a partir do dia 06/05/2024 as 07:00 (Sete horas), na sala de licitação situada na prefeitura municipal, Praça João Dias de Castro, 64 – Cidade Nova, São João do Pacuí/MG.

2.1.1 - Serão aceitas pedidos de inscrições de interessados através do e-mail orcamentos@saojoaodopacui.mg.gov.br, desde que toda a documentação esteja devidamente assinada eletronicamente.

2.2 - A Comissão de contratação realizará a primeira análise da inscrição e conferência dos documentos no dia 15/05/2024, as 09:00 (Nove horas), lavrando-se tudo em ata.

2.3 - O Credenciamento permanecerá aberto por 12(doze) meses para novos possíveis interessados nos mesmos critérios estipulados neste edital, podendo ser prorrogado mediante nova publicação deste edital e reabertura do prazo para novas inscrições.

3 - DAS INFORMAÇÕES

3.1 - Os interessados poderão consultar ao edital poderão acessar o site: www.saojoaodopacui.mg.gov.br e as informações e esclarecimentos poderão ser obtidas através do e-mail licitacao@saojoaodopacui.mg.gov.br; Prefeitura municipal Praça João Dias de Castro, 64 – Cidade Nova, São João do Pacuí/MG, Telefone: (38) 3228-9110, nos dias úteis, no horário de 7h às 12h e 14h às 17h.

4 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar do presente credenciamento pessoas físicas ou jurídicas que satisfaçam as condições estabelecidas neste edital;

4.1.1 - A participação no credenciamento implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital, seus anexos, regulamentos e instruções bem como Legislação especial, se houver;

4.2 - Os profissionais ou empresas do ramo que desejarem participar deste CREDENCIAMENTO deverão no horário e local estabelecido neste edital, proceder ao credenciamento, entregar ao Agente de contratação o envelope lacrado, contendo a "REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" trazendo na parte externa a identificação com número do processo e modalidade e nome do requerente.

4.2.1 - No caso de envio através do correio eletrônico somente serão considerados as inscrições e documentos recebidas através do e-mail orcamentos@saojoaodopacui.mg.gov.br, onde o proponente deverá escrever no campo assunto e-mail ser "REQUERIMENTO CREDENCIAMENTO Nº 002/2024".

4.2.1 - Somente serão aceitos documentos via e-mail se todos estiverem assinados eletronicamente.

4.3 - Não poderá participar da presente licitação Empresa:

4.3.1 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 - Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4 - Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.5 - Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6 - Que estejam reunidas em consórcio.

5 - DA AREA SOLICITANTE

5.1 - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Cultura.

6 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal para o exercício de 2024 , na classificação abaixo:

09.02.01.13.392.20.2099.33903900 - Ficha 978 , 09.03.01.13.392.21.2100.33903900 Ficha 987.

7 - DA IMPUGNAÇÃO E RECURSOS

7.1 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do credenciamento , por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até (03) três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da primeira sessão pública.

7.2 - A impugnação deverá ser protocolada no setor de licitações da prefeitura de São João do Pacuí ou enviada para o e-mail licitacao@saojoaodopacui.mg.gov.br; devendo neste caso ser confirmado o seu recebimento.

7.3 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá agente de contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

7.3.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

7.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para recebimento das inscrições, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

7.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao agente de contratação, até 03(três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, protocolada no setor de licitações da prefeitura de São João do Pacuí, ou enviada para o e-mail licitacao@saojoaodopacui.mg.gov.br.

7.6 - O agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

7.7 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.8 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7.9 - A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

7.10 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão publicados no site oficial www.saojoaodopacui.mg.gov.br; sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

7.11 - Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

7.12 - A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

8 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO

8.1 - A documentação relativa à habilitação e credenciamento consistirá do relacionado abaixo e deverá vir em envelope lacrado (não grampeado) identificado da seguinte forma:

Á DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PACUÍ/MG

DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO E REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº 009/2024.

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2024 - CREDENCIAMENTO Nº 002/2024

CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS, MÚSICOS E PROFISSIONAIS DE ARTE E CULTURA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PACUÍ.

NOME DO INTERESSADO:

8.2 - Serão aceitas inscrições via correio eletrônico (e-mail), envelopes enviados pelo correio, desde que entregues de forma tempestiva, na sede da prefeitura municipal ou entregues por portador devidamente protocolados.

8.2.1 - No caso de envio através do correio eletrônico somente serão considerados as inscrições e documentos recebidas através do e-mail orcamentos@saojoaodopacui.mg.gov.br, onde o proponente deverá escrever no campo assunto e-mail ser "REQUERIMENTO CREDENCIAMENTO Nº 002/2024".

8.3 - Os Documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, ou por servidor da administração municipal, ou assinados eletronicamente.

b) dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão;

c) Toda a documentação exigida é requisito obrigatório à habilitação jurídica, técnica e fiscal do interessado no credenciamento de que trata este edital.

d) Nada obsta que sejam credenciadas mais de uma Artista ou Banda para prestação de um mesmo serviço, durante a vigência desse procedimento.

e) As informações prestadas na solicitação de credenciamento serão de inteira responsabilidade do solicitante, dispondo o Município de São João do Pacuí do direito de invalidar ou desconsiderar o pleito daquele que não preencher de forma completa e correta todos os requisitos.

8.4 - Para praticar atos no processo o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

8.4.1 - Tratando-se de representante estatutário legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

8.4.2 - Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular do qual constem poderes específicos para praticar todos os atos pertinentes ao certame, inclusive para assinar atas e documentos, desistir do direito de interpor recursos e transigir, acompanhado do documento de identidade do procurador e cópia de documento que comprove os poderes do mandante para a outorga.

8.5 - O agente de contratação não se responsabilizará por documentação enviada por via postal, desviada ou entregue em outros setores que não conste neste edital, bem como não forem protocoladas.

8.6 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.6.1 - PESSOA JURÍDICA

8.6.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ** - O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias;

b) **Registro empresarial na Junta Comercial**, no caso de empresário individual ou de empresa individual de Responsabilidade Limitada – EIRELLI, nos termos do Título I-A do Livro II do Código Civil ou registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 14/07/1971, em se tratando de cooperativa;

c) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor**, devidamente registrados, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;

d) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente.

e) **Documentos dos Sócios** (RG ou documento equivalente com foto e CPF) **ou do Representante Legal** da Pessoa Jurídica (com Procuração) (Cópia autenticada);

8.6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

a) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

b) **Prova de regularidade de débito com a Fazenda Estadual** da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

c) **Prova de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante;

d) **Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

e) **Prova de regularidade de débitos trabalhistas** emitida pela Justiça do Trabalho (CNDT);

8.6.1.3 - REGULARIDADE ECONOMICA/FINANCEIRA

a) **Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física;

8.6.2 - PESSOA FÍSICA

8.6.2.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Cópia da Carteira de Identidade e do CPF** do proponente ou representante, em caso de

pessoa física brasileira ou naturalizada, ou cópia do Registro Nacional de Estrangeiro - RNE, em caso de estrangeiro;

b) Cópia de comprovante de domicílio atualizado.

8.6.2.2 – REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal - Certidão negativa de débito do proponente;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (cópia simples da certidão negativa da receita federal do Brasil).

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual - Certidão negativa de débito do proponente;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT);

8.6.3 - PESSOA FISICA E JURIDICA

8.6.3.1 - QUALIFICAÇÃO TECNICA

a) Tratando-se de contratação por meio de empresário exclusivo com base no art. 74, II, da Lei 14133/21, deverá ser apresentado documento idôneo que comprove a exclusividade permanente e contínua da representação do artista ou grupo no País ou em Estado específico, sem limitação a evento ou local específico.

a.1) Em se tratando de artista ou integrante menor de idade poderá ser apresentada cópia da Certidão de Nascimento ou cópia do RG ou documento equivalente com foto e autorização para Participação de Menor em Evento Cultural;

a.2) A cópia da certidão de nascimento do menor deverá estar anexada a referida autorização assim como a cópia do RG ou documento equivalente com foto do(s) responsável(is) pelo menor.

b) Documentos impressos ou mídias digitais (release, currículo, clipagem, material disponibilizado em áudio (CD) e/ou vídeo (DVD, meios de comunicação diversos, etc.), que comprovem a atividade cultural do artista ou do grupo artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, com exceção da categoria artista iniciante que fica dispensado dessa exigência.

8.6.3.2 - COMPROVAÇÃO DO PREÇO

a) Apresentação de no mínimo 03 (três) notas fiscais, recibos ou contratos que atestem os valores cobrados pelos artistas, emitido nos últimos 12 (doze) meses, com exceção da categoria artista iniciante que fica dispensado dessa exigência.

b) Poderão ser aceitos comprovantes com data de emissão superior aos últimos 12 (doze) meses mediante justificativa e a critério do agente de contratação.

8.7 - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

a) Apresentação de requerimento de inscrição devidamente preenchido, conforme modelo (Anexo II).

a.1) Caso interessado opte pela utilização de modelo próprio o mesmo deve conter todas as informações constantes do modelo disponibilizado.

8.8 - DECLARAÇÕES

8.8.1 - O interessado/licitante assinalará “sim” ou “não” em relação as seguintes declarações constantes no modelo ANEXO III ou apresenta-las em formulário próprio, sob pena de inabilitação:

a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

a.1) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

a.2) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

c) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

f) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

8.8.2 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8.9 - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

a) A Microempresa - ME e a Empresa de Pequeno Porte - EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

b) Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

c) A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido a Presidente da Comissão de Licitações e Julgamentos.

d) Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

e) A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação.

9 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - Recebido o envelope sob protocolo e verificado o cumprimento do prazo estabelecido neste edital, a Comissão de contratação, adotará os seguintes procedimentos, lavrando-se tudo em ata circunstanciada:

a) A primeira abertura dos envelopes no dia 15/05/2024 em sessão pública às 09:00 hs, ocasião onde será feita a primeira classificação de interessados.

b) O exame de todos os documentos, levando-se em conta: validade, veracidade e se todo o rol exigido no item 8 for apresentado;

c) Terminada a fase de habilitação a Comissão de contratação, na mesma Sessão Pública, examinará o requerimento de credenciamento, que deverá atender aos requisitos deste edital.

9.1.2 - Decidindo a Comissão de contratação pela regularidade da empresa, opinará pelo seu credenciamento, caso contrário decidirá pela inabilitação da mesma.

9.1.3 - A classificação dos credenciados, nos moldes do art. 207 do Decreto Municipal nº 002/2024 se dará por ordem de protocolo, ou seja ordem cronológica de requerimentos.

9.1.3.1 - Ocorrendo mais de um credenciado será realizado sorteio aleatório entre todos os credenciados para fins de classificação.

9.1.3.2 - O sorteio acima mencionado será realizado para cada item nos termos do regulamento municipal.

9.1.4 - Os profissionais/empresas credenciados serão convocados para assinatura do Contrato observada a ordem de classificação considerando a natureza do evento estilo musical ou artístico **e porte do artista**, de forma a atender **ao porte do evento** seguindo parâmetros abaixo:

9.1.4.1 - PORTE DO ARTISTA:

a) INICIANTE – Artista ou grupo cultural que não ainda não apresente comprovação curricular ou que não tenha sido contratado anteriormente para exibição pública por particular por órgão público ou entidades não governamentais ou que não possua apresentações ou comprovação de preços suficiente ao atendimento a este edital.

b) PROFISSIONAL – Artista ou grupo cultural que apresente comprovação de contratações anteriores por órgãos públicos, particulares e/ou organizações não governamentais, bem como comprovação de contratações anteriores no Estado de Minas Gerais e/ou em outros Estados e reconhecimento ainda que forma local ou regional.

9.1.4.2 - PORTE DO EVENTO

a) EVENTO PEQUENO PORTE: Até 1.000 Pessoas:

1 - Eventos Escolares;

2 - Quadrilhas juninas;

3 - Feira da agricultura familiar;

- 4 - Eventos culturais e sociais promovidos ou apoiados pelas secretarias municipais;
- 5 - Festas tradicionais promovidas ou apoiadas pelo município nas comunidades rurais constantes do calendário de eventos municipal;
- 6 - Cavalcada do Trabalhador – 01 de maio;

c) EVENTO MÉDIO PORTE: De 1.001 a 3.000 Pessoas

- 1 - Festa tradicionais promovidas ou apoiadas pelo município nas comunidades rurais constantes do calendário de eventos municipal;
- 2 - Cavalcada de São Sebastião na Comunidade rural de Santa da Pedra;
- 3 - Cavalcada de São Sebastião na Comunidade do Barreiro;
- 4 - Comemoração a São José na Comunidade Jatobá II;
- 5 - Festa em homenagem ao Padroeiro São Joaquim na Comunidade do Brejo dos Bois;
- 6 - Festa em homenagem a São Francisco na Comunidade do Barreiro;

d) EVENTO GRANDE PORTE: Acima de 3.001 Pessoas

- 1 - Festa em comemoração à Nossa Senhora da Aparecida na Comunidade do Encantado;
- 2 - Festejos religiosos de São João Batista e comemoração da emancipação do município;
- 3 - Vaquejada Nacional de São João do Pacuí;
- 4 - Festa em homenagem ao Padroeiro São João Batista na Comunidade da Santa da Pedra;

9.1.5 - Artistas iniciantes poderão participar de eventos em qualquer porte e artistas profissionais somente poderão participar de eventos de médio e grande porte.

9.1.6 - O Grupo, Banda, Conjunto ou Artista poderá solicitar, a qualquer tempo, a mudança de Categoria no prazo deste Edital, justificando o motivo da mudança, solicitando o cancelamento do credenciamento anterior e realizando novo credenciamento para a nova categoria pleiteada, sem risco de penalidade, desde que sejam plausíveis as justificativas.

9.1.7 - O credenciado escolhido será comunicado por correspondência eletrônica (e-mail) a ser fornecido junto a sua documentação para assinatura do contrato no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis contados da comunicação.

9.1.8 - Caso o candidato decline da contratação, por inércia, por indisponibilidade de horários ou por outra justificativa, passará a ser o último colocado na lista de credenciados em seu respectivo estilo ou categoria.

9.1.9 - Ocorrendo a primeira recusa para o atendimento ao Município de São João do Pacuí, por parte do credenciado, o seu nome será remanejado para o final da fila de credenciados daquela categoria musical e o seguinte será convocado. Caso haja duas negativas, seu nome será excluído da lista de credenciados.

9.1.10 - A recusa devidamente justificada poderá ser aceita pelo Município de São João do Pacuí e nesse caso, o credenciado não será excluído da lista.

9.1.11 - Os selecionados que apresentarem pendências no momento da contratação terão o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a do comunicado para regularizar a pendência e atualizar a documentação apresentada no momento da contratação, sob pena de ser preterida sua contratação e passar a ser o último colocado da lista de credenciados.

9.1.12 - Na falta de manifestação, desistência expressa ou irregularidade da documentação exigida do interessado no prazo estabelecido o Município de São João do Pacuí poderá convocar o próximo selecionado da lista de classificação, na mesma categoria/estilo de atuação musical.

9.1.13 - A contratação dos artistas/bandas credenciados após realizado a primeira contratação, seguirá um sistema de rodizio, oportunizando igualmente as Bandas/artistas de mesmo perfil.

9.1.5 - Os resultados e intimações assim como a listagem classificatória serão publicados no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal, e disponibilizados no site oficial, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis.

10 - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

10.1 - A remuneração do artista se dará pela média aritmética do valor cobrado pelos artistas nos últimos 12(doze) meses, a ser calculado com base em no mínimo três comprovantes dentre eles notas fiscais, recibos ou contratos devidamente assinados apresentados para fins de habilitação.

10.1.1 - Nenhum pagamento poderá ser feito em valor maior ao teto/valor máximo estipulado pela administração sendo assim quando as medias ultrapassarem este valor o artista fica ciente que será remunerado com valor máximo estipulado.

10.1.2 - No caso dos artistas iniciantes ou seja, que não tenham comprovação através de notas, recibos ou contratos a remuneração se dará pelo menor valor estipulado, podendo variar até o máximo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), desde que devidamente comprovado pela proponente por meio de uma planilha de composição de preço, demonstrando os possíveis custos para a realização da apresentação.

10.2 - O Município efetuará o pagamento ao vencedor até 30 (trinta) dias após a realização do evento, obedecendo aos tramites legais que envolvam os setores internos da prefeitura de São João do Pacuí .

10.3 - O valor do contrato é fixo e irrevogável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública, visando o equilíbrio da contraprestação.

10.4 - O valor deste contato poderá ser reajustado para o período seguinte, com base no INPC acumulado do período, caso venha o mesmo a ser prorrogado.

10.5 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

10.6 - O Município poderá sustar o pagamento a que a prestadora de serviço tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

10.7 - Os pagamentos efetuados à prestadora de serviço não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do serviço, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

10.8 - O valor a ser pago para o artista/grupo/banda abrange todos os custos e despesas diretas ou indiretamente envolvidas, não sendo devido nenhum outro valor, seja a que título for.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1 - Constituir servidor na qualidade de fiscal para acompanhar e fiscalizar os serviços objeto deste contrato.
- 11.2 - Efetuar o pagamento devido a Contratada no prazo avençado no instrumento contratual.
- 11.3 - Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato dentro dos ditames da Lei 14133/2021.
- 11.4 - Disponibilizar pontos de energia elétrica necessários à realização do objeto contratual.
- 11.5 - Definir o local do show.
- 11.6 - Disponibilizar palco, som, iluminação, camarim e equipamentos necessários à realização do show.
- 11.7 - Responsabilizar-se pela segurança dos artistas e equipe técnica.
- 11.8 - Disponibilizar policiamento no espaço público durante o período de realização do show artístico musical, objetivando segurança do artista e dos profissionais responsáveis pela realização do show bem como assistência da População.
- 11.9 - Disponibilizar recursos médicos através de profissionais da saúde para a realização de primeiros socorros e remoção imediata de pacientes até o hospital quando necessário.
- 11.10 - Promover a fiscalização do Contrato, acompanhar o desenvolvimento e conferir os serviços executados e atestar os documentos fiscais pertinentes.
- 11.11 - Comunicar imediatamente ao Contratado qualquer irregularidade manifestada na execução do Contrato Administrativo, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- 11.12 - Enviar à contratada após a assinatura desta avença, a cópia da Nota de Empenho devidamente assinada pelo ordenador de despesa e vinculada ao serviço definido no objeto deste contrato.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1 - Iniciar a apresentação no horário definido na cláusula primeira e prestar os serviços de show artístico musical de no mínimo 01:30 horas interruptas.
- 12.2 - Prestar os serviços de apresentação de show artístico musical, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade em conformidade com as avenças contratuais e em observância os ditames da Lei Federal nº 14133/2021, disponibilizando os profissionais com seus respectivos instrumentos de forma a perquirir a qualidade de sua apresentação artística musical, isentando o Município de quais custos adicionais;
- 12.3 - Cumprir o disposto no instrumento contratual, e em estrita observância aos ditames da Lei Federal de Licitações nº: 14133/2021;
- 12.4 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados, sem anuência expressa do Contratante;
- 12.5 - Iniciar a apresentação do show artístico musical em espaço público, na data e horário definido na cláusula primeira, devendo estar presente no local com antecedência mínima de 30(trinta) minutos.

12.6 - Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra o Contratante, procedente da prestação dos serviços do objeto deste instrumento contratual.

12.7 - Avocar para si todas as despesas decorrentes de locomoção, alimentação, hospedagem dos artistas e de toda equipe técnica.

12.8 - Responsabilizar-se pelo comportamento dos profissionais da equipe de profissionais, e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham por ventura a ocasionar ao Contratante, repondo de imediato, em moeda corrente, o valor correspondente a eventuais despesas decorrentes sob pena de incorrer em penalidades legais.

12.9 - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 93 da Lei Nº 8.213/1991 e no Art. 116 da Lei Nº 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

13 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1 - Em atendimento ao art. 117 Lei nº 14.133/2021 o fiscal do contrato será indicado pela secretaria solicitante no prazo de até 02(dois) uteis após a publicação do termo contratual mediante portaria.

13.2 - O fiscal deverá agir de forma pró- ativa e preventiva observando o cumprimento das regras previstas no instrumento, observado o Processo Licitatório de origem e legislação correlata, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, a fim de obter os resultados esperados.

13.3 - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

14 - DESCRENCIAMENTO:

14.1 - Ocorrerá o descredenciamento nas seguintes hipóteses:

- a) pedido formalizado pelo credenciado;
- b) perda das condições de habilitação do credenciado;
- c) descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- d) sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

14.2 - O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do caput não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

14.3 - Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

14.4 - Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

14.5 - Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular

15 - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

15.1 - Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á Contratada, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

15.1.1 - Advertência;

15.1.2 - Multa;

15.1.3 - Impedimento de licitar e contratar;

15.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.2. - A multa prevista acima será a seguinte:

15.2.1 - Caso o artista não compareça para apresentação do show ora contratado, ficará a Contratada obrigada a restituir o valor efetivamente recebido corrigido monetariamente, acrescido de multa moratória de 02% (dois por cento);

15.3 - As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

15.4 - O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o Contratante, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

15.5 - O pagamento da multa não eximirá a Contratada de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

15.6 - O Contratante deverá notificar a Contratada, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a prestação dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

15.7 - As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente comprováveis, a critério da autoridade competente do Contratante, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

16 - DOS RECURSOS

16.1 - Caberá recurso, com efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação no cadastramento do interessado, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da publicação do resultado.

16.2 - O recurso seguirá as diretrizes fixadas no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

16.3 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.4 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida aos participantes pela manifestação de interesse ou pela apresentação de documentos no presente credenciamento.

17.2 - É facultada à prefeitura municipal de São João do Pacuí, em qualquer fase do credenciamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.3 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, conforme Item XV deste Edital.

17.4 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

17.5 - Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

17.6 - A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

17.7 - O Município de São João do Pacuí/MG poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

17.8 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.9 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.10 - Durante a validade do edital de chamamento público, os quantitativos estimados poderão ser acrescidos, desde que seja apresentada justificativa e demonstrada a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido,

17.11 - Os acréscimos no edital de chamamento público não se sujeitam aos limites previstos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.12 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.13 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.14 - O município de São João do Pacuí através da autoridade competente poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

17.14.1 - A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

17.14.2 - A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

17.15 - Fica eleito o foro da Comarca de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais, como único para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

17.16 - Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Termos de Referência/Projeto Básico

Anexo II – Modelo Requerimento de Credenciamento

Anexo III - Declaração Unificada

Anexo IV – Minuta de contrato

São João do Pacuí/MG, 03 de maio de 2024.

Júlio Fagner Costa Guimarães

Agente de contratação

Marizete Alves Peixoto

Apoio

Edson Luiz Oliveira Santos

Apoio

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 009/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2024

CREDENCIAMENTO 002/2024

1 – OBJETO

1.1 CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS, MÚSICOS E PROFISSIONAIS DE ARTE E CULTURA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PACUÍ.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VLR ESTIMADO
1	CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS SOLO, DUPLAS, BANDAS OU CONUNTOS, INICIANTES OU INTERMEDIARIOS PARA APRESENTAÇÃO NOS EVENTOS MUNICIPAIS CONFORME CALENDARIO CULTURAL.	APRESENTAÇÃO	30	DE R\$ 1.000,00 À R\$ 42.000,00

2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente necessidade de contratação visa garantir a participação de artistas locais e regionais nos eventos municipais conforme o calendário cultural estabelecido através do decreto municipal 004/2024. Os eventos promovidos pelo município de São João do Pacuí representam uma importante oportunidade para o enriquecimento da cultura local e para a promoção de talentos da região.

Nesse contexto, busca-se contratar artistas solo, duplas, bandas ou conjuntos, tanto iniciantes quanto intermediários, que possuam habilidades e aptidões para realizar apresentações de qualidade nos diversos eventos culturais programados ao longo do ano.

A contratação de artistas locais e regionais não apenas valoriza a identidade cultural da comunidade, mas também promove a inclusão social e econômica dos talentos locais, contribuindo para o desenvolvimento cultural e turístico do município.

Portanto, a presente contratação visa fomentar a participação ativa da comunidade artística local e regional nos eventos municipais, enriquecendo assim a experiência cultural dos munícipes e visitantes.

3 – EXTRATEGIA DE SUPRIMENTO

3.1 - A convocação dos CREDENCIADOS para prestação dos serviços será realizada em sistema de rodízio obedecida a ordem de classificação.

3.2 - A classificação dos credenciados, nos moldes do art. 207 do Decreto Municipal nº. 002/2024 se dará por ordem de protocolo, ou seja ordem cronológica de requerimentos.

3.3 - Ocorrendo mais de um credenciado será realizado sorteio aleatório entre todos os credenciados para fins de classificação.

3.4 - O sorteio acima mencionado será realizado para cada item nos termos do regulamento municipal.

3.5 - Os profissionais/empresas credenciados serão convocados para assinatura do Contrato observada a ordem de classificação considerando a natureza do evento estilo musical ou artístico **e porte do artista**, de forma a atender **ao porte do evento** seguindo parâmetros abaixo:

3.5.1 - PORTE DO ARTISTA:

a) INICIANTE – Artista ou grupo cultural que não ainda não apresente comprovação curricular ou que não tenha sido contratado anteriormente para exibição pública por particular por órgão público ou entidades não governamentais ou que não possua apresentações ou comprovação de preços suficiente ao atendimento a este edital.

b) PROFISSIONAL – Artista ou grupo cultural que apresente comprovação de contratações anteriores por órgãos públicos, particulares e/ou organizações não governamentais, bem como comprovação de contratações anteriores no Estado de Minas Gerais e/ou em outros Estados e reconhecimento ainda que forma local ou regional.

3.5.2 - PORTE DO EVENTO

EVENTO PEQUENO PORTE	Até 1.000 Pessoas
<ul style="list-style-type: none">• Eventos Escolares;• Quadrilhas juninas;• Feira da agricultura familiar;• Eventos culturais e sociais promovidos ou apoiados pelas secretarias municipais;• Festas tradicionais promovidas ou apoiadas pelo município nas comunidades rurais constantes do calendário de eventos municipal;• Cavalgada do Trabalhador – 01 de maio;	
EVENTO MÉDIO PORTE	De 1.001 a 3.000 Pessoas
<ul style="list-style-type: none">• Festa tradicionais promovidas ou apoiadas pelo município nas comunidades rurais constantes do calendário de eventos municipal;• Cavalgada de São Sebastião na Comunidade rural de Santa da Pedra;• Cavalgada de São Sebastião na Comunidade do Barreiro;• Comemoração a São José na Comunidade Jatobá II;• Festa em homenagem ao Padroeiro São Joaquim na Comunidade dos Brejo dos Bois;• Festa em homenagem a São Francisco na Comunidade do Barreiro;	
EVENTO GRANDE PORTE	Acima de 3.001 Pessoas
<ul style="list-style-type: none">• Festa tradicionais promovidas ou apoiadas pelo município nas	

comunidades rurais e na sede constantes do calendário de eventos municipal;

- Festa em comemoração à Nossa Senhora da Aparecida na Comunidade do Encantado;
- Festejos religiosos de São João Batista e comemoração da emancipação do município;
- Vaquejada Nacional de São João do Pacuí;
- Festa em homenagem ao Padroeiro São João Batista na Comunidade do Santa da Pedra;

3.6 - Artistas iniciantes poderão participar de eventos em qualquer porte e artistas profissionais somente poderão participar de eventos de médio e grande porte.

3.7 - O Grupo, Banda, Conjunto ou Artista poderá solicitar, a qualquer tempo, a mudança de Categoria no prazo deste Edital, justificando o motivo da mudança, solicitando o cancelamento do credenciamento anterior e realizando novo credenciamento para a nova categoria pleiteada, sem risco de penalidade, desde que sejam plausíveis as justificativas.

3.8 - O credenciado escolhido será comunicado por correspondência eletrônica (e-mail) a ser fornecido junto a sua documentação para assinatura do contrato no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis contados da comunicação.

3.9 - Caso o candidato decline da contratação, por inércia, por indisponibilidade de horários ou por outra justificativa, passará a ser o último colocado na lista de credenciados em seu respectivo estilo ou categoria.

3.10 - Ocorrendo a primeira recusa para o atendimento ao Município de São João do Pacuí, por parte do credenciado, o seu nome será remanejado para o final da fila de credenciados daquela categoria musical e o seguinte será convocado. Caso haja duas negativas, seu nome será excluído da lista de credenciados.

3.11 - A recusa devidamente justificada poderá ser aceita pelo Município de São João do Pacuí e nesse caso, o credenciado não será excluído da lista.

3.12 - Os selecionados que apresentarem pendências no momento da contratação terão o prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a do comunicado para regularizar a pendência e atualizar a documentação apresentada no momento da contratação, sob pena de ser preterida sua contratação e passar a ser o último colocado da lista de credenciados.

3.13 - Na falta de manifestação, desistência expressa ou irregularidade da documentação exigida do interessado no prazo estabelecido o Município de São João do Pacuí poderá convocar o próximo selecionado da lista de classificação, na mesma categoria/estilo de atuação musical.

3.14 - A contratação dos artistas/bandas credenciados após realizado a primeira contratação, seguirá um sistema de rodízio, oportunizando igualmente as Bandas/artistas de mesmo perfil.

3.15 - Os resultados e intimações assim como a listagem classificatória serão publicados no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal, e disponibilizados no site oficial, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis.

4 - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - A remuneração do artista se dará pela média aritmética do valor cobrado pelos artistas nos últimos 12(doze) meses, a ser calculado com base em no mínimo três comprovantes dentre eles notas fiscais, recibos ou contratos devidamente assinados apresentados para fins de habilitação.

4.1.1 - Nenhum pagamento poderá ser feito em valor maior ao teto/valor máximo estipulado pela administração sendo assim quando as medias ultrapassarem este valor o artista fica ciente que será remunerado com valor máximo estipulado.

4.1.2 - No caso dos artistas iniciantes ou seja, que não tenham comprovação através de notas, recibos ou contratos a remuneração se dará pelo menor valor estipulado, podendo variar até o máximo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), desde que devidamente comprovado pela proponente por meio de uma planilha de composição de preço, demonstrando os possíveis custos para a realização da apresentação.

4.2 - O Município efetuará o pagamento ao vencedor até 30 (trinta) dias após a realização do evento, obedecendo aos tramites legais que envolvam os setores internos da prefeitura de São João do Pacuí.

4.3 - O valor do contrato é fixo e irrevogável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública, visando o equilíbrio da contraprestação.

4.4 - O valor deste contato poderá ser reajustado para o período seguinte, com base no INPC acumulado do período, caso venha o mesmo a ser prorrogado.

4.5 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

4.6 - O Município poderá sustar o pagamento a que a prestadora de serviço tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

4.7 - Os pagamentos efetuados à prestadora de serviço não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do serviço, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

4.8 - O valor a ser pago para o artista/grupo/banda abrange todos os custos e despesas diretas ou indiretamente envolvidas, não sendo devido nenhum outro valor, seja a que título for.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 - Constituir servidor na qualidade de fiscal para acompanhar e fiscalizar os serviços objeto deste contrato.

5.2 - Efetuar o pagamento devido a Contratada no prazo avençado no instrumento contratual.

5.3 - Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato dentro dos ditames da Lei 14133/2021.

5.4 - Disponibilizar pontos de energia elétrica necessários à realização do objeto contratual.

5.5 - Definir o local do show.

5.6 - Disponibilizar palco, som, iluminação, camarim e equipamentos necessários à realização do show.

5.7 - Responsabilizar-se pela segurança dos artistas e equipe técnica.

5.8 - Disponibilizar policiamento no espaço público durante o período de realização do show artístico musical, objetivando segurança do artista e dos profissionais responsáveis pela realização do show bem como assistência da População.

5.9 - Disponibilizar recursos médicos através de profissionais da saúde para a realização de primeiros socorros e remoção imediata de pacientes até o hospital quando necessário.

5.10 - Promover a fiscalização do Contrato, acompanhar o desenvolvimento e conferir os serviços executados e atestar os documentos fiscais pertinentes.

5.11 - Comunicar imediatamente ao Contratado qualquer irregularidade manifestada na execução do Contrato Administrativo, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

5.12 - Enviar à contratada após a assinatura desta avença, a cópia da Nota de Empenho devidamente assinada pelo ordenador de despesa e vinculada ao serviço definido no objeto deste contrato.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Iniciar a apresentação no horário definido na cláusula primeira e prestar os serviços de show artístico musical de no mínimo 01:30 horas interruptas.

6.2 - Prestar os serviços de apresentação de show artístico musical, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade em conformidade com as avenças contratuais e em observância os ditames da Lei Federal nº 14133/2021, disponibilizando os profissionais com seus respectivos instrumentos de forma a perquirir a qualidade de sua apresentação artística musical, isentando o Município de quais custos adicionais;

6.3 - Cumprir o disposto no instrumento contratual, e em estrita observância aos ditames da Lei Federal de Licitações nº: 14133/2021;

6.4 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados, sem anuência expressa do Contratante;

6.5 - Iniciar a apresentação do show artístico musical em espaço público, na data e horário definido na cláusula primeira, devendo estar presente no local com antecedência mínima de 30(trinta) minutos.

6.6 - Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra o Contratante, procedente da prestação dos serviços do objeto deste instrumento contratual.

6.7 - Avocar para si todas as despesas decorrentes de locomoção, alimentação, hospedagem dos artistas e de toda equipe técnica.

6.8 - Responsabilizar-se pelo comportamento dos profissionais da equipe de profissionais, e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham por ventura a ocasionar ao Contratante, repondo de imediato, em moeda corrente, o valor correspondente a eventuais despesas decorrentes sob pena de incorrer em penalidades legais.

6.9 - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 93 da Lei Nº 8.213/1991 e no Art. 116 da Lei Nº 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

7 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1 - Em atendimento ao art. 117 Lei nº 14.133/2021 o fiscal do contrato será indicado pela secretaria solicitante no prazo de até 02(dois) úteis após a publicação do termo contratual mediante portaria.

7.2 - O fiscal deverá agir de forma pró-ativa e preventiva observando o cumprimento das regras previstas no instrumento, observado o Processo Licitatório de origem e legislação correlata, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, a fim de obter os resultados esperados.

7.3 - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8 - DESCREDENCIAMENTO

8.1 - Ocorrerá o credenciamento nas seguintes hipóteses:

- a) pedido formalizado pelo credenciado;
- b) perda das condições de habilitação do credenciado;
- c) descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- d) sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

8.2 - O pedido de credenciamento de que trata o inciso I do caput não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

8.3 - Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, além do credenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

8.4 - Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

8.5 - Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - PESSOA JURIDICA

9.1.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ - O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias.

b) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou de empresa individual de Responsabilidade Limitada – EIRELLI, nos termos do Título I-A do Livro II do Código Civil ou registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 14/07/1971, em se tratando de cooperativa;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente.

e) Documentos dos Sócios (RG ou documento equivalente com foto e CPF) **ou do Representante Legal** da Pessoa Jurídica (com Procuração) (Cópia autenticada);

9.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

b) Prova de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

c) Prova de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

e) Prova de regularidade de débitos trabalhistas emitida pela Justiça do Trabalho (CNDT);

9.1.3 - REGULARIDADE ECONOMICA/FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física;

9.2 - PESSOA FÍSICA

9.2.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Cópia da Carteira de Identidade e do CPF do proponente ou representante, em caso de pessoa física brasileira ou naturalizada, ou cópia do Registro Nacional de Estrangeiro - RNE, em caso de estrangeiro;

b) Cópia de comprovante de domicílio atualizado.

9.2.2 – REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal - Certidão negativa de débito do

proponente;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (cópia simples da certidão negativa da receita federal do Brasil).

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual - Certidão negativa de débito do proponente;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT);

9.3 - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

9.3.1 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Tratando-se de contratação por meio de empresário exclusivo com base no art. 74, II, da Lei 14133/21, deverá ser apresentado documento idôneo que comprove a exclusividade permanente e contínua da representação do artista ou grupo no País ou em Estado específico, sem limitação a evento ou local específico.

a.1) Em se tratando de artista ou integrante menor de idade poderá ser apresentada cópia da Certidão de Nascimento ou cópia do RG ou documento equivalente com foto e autorização para Participação de Menor em Evento Cultural;

a.2) A cópia da certidão de nascimento do menor deverá estar anexada a referida autorização assim como a cópia do RG ou documento equivalente com foto do(s) responsável(is) pelo menor.

b) Documentos impressos ou mídias digitais (release, currículo, clipagem, material disponibilizado em áudio (CD) e/ou vídeo (DVD, meios de comunicação diversos, etc.), que comprovem a atividade cultural do artista ou do grupo artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, com exceção da categoria artista iniciante que fica dispensado dessa exigência.

9.3 - COMPROVAÇÃO DO PREÇO

a) Apresentação de no mínimo 03 (três) notas fiscais, recibos ou contratos que atestem os valores cobrados pelos artistas, emitido nos últimos 12 (doze) meses, com exceção da categoria artista iniciante que fica dispensado dessa exigência.

b) Poderão ser aceitos comprovantes com data de emissão superior aos últimos 12 (doze) meses mediante justificativa e a critério do agente de contratação.

9.5 - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

a) Apresentação de requerimento de inscrição devidamente preenchido, conforme modelo (Anexo II).

9.6 - DECLARAÇÕES

9.6.1 - O interessado/licitante assinalará "sim" ou "não" em relação as seguintes declarações constantes no modelo de requerimento ou apresenta-las em formulário próprio, sob pena de inabilitação:

a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

- a.1) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
- a.2) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- c) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- d) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;
- f) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

9.6.2 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

10 – DOS CASOS FORTUITOS E FORÇA MAIOR

10.1 - A Contratada não poderá ser responsabilizada pela não presença no local do show, na data e hora programada, na ocorrência de: calamidades públicas, tempestades que provoquem falta de energia elétrica ou desabamentos, catástrofes de qualquer natureza, qualquer doença repentina do artista que comprometa a sua apresentação, ou qualquer intempérie que impeça o evento.

10.1.1 - Ocorrendo a falta de energia, ou qualquer interrupção do evento que possa vir a ser temporária, a Contratada se obriga a permanecer nas imediações do evento, em um período de 90 min (noventa minutos), de seu início, para a devida solução do problema que gerou a interrupção.

10.2 - No caso de cancelamento da apresentação por caso fortuito ou por força maior, a CONTRATADA devolverá a contratante os valores pagos podendo destes serem descontados os valores referentes as despesas executadas, como locomoção, hospedagem, alimentação e outras conforme proposta apresentada.

10.2.1 - Poderão ainda as partes na hipótese prevista no item 11.2, optar pelo agendamento de nova data para apresentação, conforme disponibilidade de agenda do artista, ficando neste caso a cargo da CONTRATANTE, arcar com as despesas da logística do artista para nova apresentação.

11 - DA VIGÊNCIA

11.1 - O credenciamento permanecerá aberto por 12(doze) meses podendo ser prorrogado mediante nova publicação do edital com a reabertura do prazo para inscrições.

11.2 - Os contratos terão validade mínima de 30(trinta) dias.

12 - NECESSIDADE DE SIGILO

12.1 - A contratação ora pretendida não exige, conforme Art. 10 da IN CGNOR/ME Nº 58/2022, em sua integralidade, classificação sigilosa nos termos da Lei Nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), devendo o presente Termo de Referência ser anexado ao Edital.

São João do Pacuí, 03 de maio de 2024.

Alessandro Gomes Oliveira
Secretária Municipal de Esporte, Lazer e Cultura

ANEXO – II (MODELO DE REQUERIMENTO)

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 009/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2024

CREDENCIAMENTO Nº 002/2024

Por meio do presente, solicitamos inscrição no CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS, MÚSICOS E PROFISSIONAIS DE ARTE E CULTURA PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PACUÍ, e declaramos estarmos cientes de que a mesma implica a total concordância e cumprimento de todas as normas estabelecidas, bem como declaramos, sob as penas da lei, a veracidade da documentação e informações por nós apresentadas.

IDENTIFICAÇÃO DO ARTISTA:

NOME DA ATRAÇÃO ARTISTICA (Nome Artístico):				
NOME BATISMO:				
Nº DO CPF:				
ENDEREÇO ATUALIZADO:				
FONE FIXO:		CELULAR 01:		CELULAR 02:
EMAIL:				
CATEGORIA:	INICIANTE:		PROFISSIONAL:	

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL:

NOME DA EMPRESA:		
NOME REPRESENTANTE DA EMPRESA:		
CNPJ:		
ENDEREÇO DA EMPRESA ATUALIZADO:		
FONE FIXO:	CELULAR 01:	CELULAR 02:
EMAIL:		

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

Seq.	Descrição do Produto	VLR/NOTA FISCAL/CONTRATO OU RECIBO*
1	ARTISTA SOLO () DUPLAS () BANDAS OU CONUNTOS () QUANTIDADE INTEGRANTES () ESTILO MUSICAL: FORRÓ () SERTENEJO () PISEIRO () BREGA () GOSPEL () INFANTIL () OUTRO _____	NF Nº XXX: R\$ NF Nº XXX: R\$ NF Nº XXX: R\$

*Indicar três comprovantes de valores cobrados(Notas, contratos, recibos) na ausência dos mesmos indicar o valor mínimo proposto para o item ou apresentar composição de custos.

Local e Data: _____, _____ de _____ de 201 ____.

Assinatura do responsável legal da empresa

ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 009/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2024

CREDENCIAMENTO Nº 002/2024

....., inscrito no CPF/CNPJ nº....., portador(a) da Carteira de Identidade nº,

DECLARA,

()sim ()não: Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

a.1) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

()sim ()não: Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

()sim ()não: Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

()sim ()não: Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

()sim ()não: Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

()sim ()não: Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

()sim ()não: Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

Local e Data: _____, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do responsável legal da empresa

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 009/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2024

CREDENCIAMENTO Nº 002/2024

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PACUÍ**, Estado de Minas Gerais, inscrito no CPF sob o nº 01.612.474/0001-57, com sede na Praça João Dias de Castro, 64 – Cidade Nova na cidade de São João do Pacuí – MG – CEP 39.365-000 neste ato representado pelo seu Secretário de Administração, senhor TÚLIO RICARDO MARTINS SOARES, inscrito no CPF sob o nº 098.355.176-65, ordenador da despesa conforme determina Decreto municipal 005/2021 de ora em diante denominado simplesmente **Contratante**, e de outro lado XXXXXXXXX, CNPJ Nº XXXXXXXX, empresa situada na XXXX, representada por XXXX, CPF nº XXXX e RG nº XXXX, de ora em diante denominado simplesmente **Contratada**, resolvem firmar o presente contrato administrativo com fundamentos no edital de credenciamento 002/2024, art. 79, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 203 e seguintes do Decreto Municipal 007/2024, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a contratação de show artístico musical com "xxxx" objetivando entretenimento da população durante xxxxx conforme detalhamento a seguir:

a) Apresentação no dia XX/XX/2024 – a partir das XX:XXhs.

1.2 A duração do show artístico musical objeto de apresentação dos profissionais descritos nas alíneas acima, terá uma duração mínima de 01:30 (uma hora e trinta minutos) ininterruptas.

CLAUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO DO OBJETO

2 – Estratégia de execução dos serviços:

2.1 – A CONTRATADA terá obrigação de cumprir todas as exigências determinadas pelo Contratante no que se refere ao objeto, e apresentar o show, no dia e horário indicados neste instrumento.

2.2 - Em caso de irregularidade não sanada pelo contratado, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

2.3 – O artista xxxx deverá estar presente no local do evento a partir das xxhoras do dia xxx, para início da apresentação que terá duração mínima de 01:30 (uma hora e trinta minutos).

CLAUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 3.1- Iniciar a apresentação no horário definido na clausula primeira e prestar os serviços de show artístico musical de no mínimo 01:30 (uma hora e trinta minutos) interruptas.
- 3.2- Prestar os serviços de apresentação de show artístico musical, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade em conformidade com as avenças contratuais e em observância os ditames da Lei Federal nº 14133/2021, disponibilizando os profissionais com seus respectivos instrumentos de forma a perquirir a qualidade de sua apresentação artística musical, isentando o Município de quais custos adicionais;
- 3.3- Cumprir o disposto no instrumento contratual, e em estrita observância aos ditames da Lei Federal de Licitações nº: 14133/2021 ;
- 3.4- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados, sem anuência expressa do Contratante;
- 3.5- Iniciar a apresentação do show artístico musical em espaço público, na data e horário definido na clausula primeira, devendo estar presente no local com antecedência .
- 3.6- Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra o Contratante, procedente da prestação dos serviços do objeto deste instrumento contratual.
- 3.7- Avocar para si todas as despesas decorrentes de locomoção, alimentação, hospedagem dos artistas e de toda equipe técnica.
- 3.8- Responsabilizar-se pelo comportamento dos profissionais da equipe de profissionais, e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham por ventura a ocasionar ao Contratante, desde que comprovados através do devido processo legal e oportunizado o contraditório e ampla defesa.
- 3.9. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 93 da Lei Nº 8.213/1991 e no Art. 116 da Lei Nº 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

4- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 4.1- Constituir servidor na qualidade de fiscal para acompanhar e fiscalizar os serviços objeto deste contrato.
- 4.2- Efetuar o pagamento devido a Contratada no prazo avençado no instrumento contratual.
- 4.3- Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato dentro dos ditames da Lei 14133/2021 .
- 4.4. Disponibilizar pontos de energia elétrica necessários à realização do objeto contratual.
- 4.5. Definir o local do show.
- 4.6-. Disponibilizar palco, som, iluminação, camarim e equipamentos necessários à realização do show.
- 4.7-. Responsabilizar-se pela segurança dos artistas e equipe técnica.

4.8- Disponibilizar policiamento no espaço público durante o período de realização do show artístico musical, objetivando segurança do artista e dos profissionais responsáveis pela realização do show bem como assistência da População.

4.9- Disponibilizar recursos médicos através de profissionais da saúde para a realização de primeiros socorros e remoção imediata de pacientes até o hospital quando necessário.

4.10- Promover a fiscalização do Contrato, acompanhar o desenvolvimento e conferir os serviços executados e atestar os documentos fiscais pertinentes

4.11- Comunicar imediatamente ao Contratado qualquer irregularidade manifestada na execução do Contrato Administrativo, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

4.12- Enviar à contratada após a assinatura desta avença, a cópia da Nota de Empenho devidamente assinada pelo ordenador de despesa e vinculada ao serviço definido no objeto deste contrato.

CLAUSULA QUINTA- DOS PROCEDIMENTOS FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

5.1. Em atendimento ao art. 117 Lei nº 14.133/2021 o fiscal do contrato será indicado pela secretaria solicitante no prazo de até 02(dois) uteis após a publicação do termo contratual mediante portaria.

5.2. O fiscal deverá agir de forma pró- ativa e preventiva observando o cumprimento das regras previstas no instrumento, observado o Processo Licitatório de origem e legislação correlata, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, a fim de obter os resultados esperados.

5.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

CLAUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

6.1. O prazo de vigência do Contrato será de sua assinatura até XX/XX/2024.

6.2. O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado nos termos do Capítulo V da Lei Nº 14.133/2021.

6.3. Qualquer alteração do presente Contrato, bem como a sua prorrogação, se necessário, será objeto de Termo Aditivo, na forma da Lei Nº 14.133/2021.

6.3.1. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples Apostila na forma da Art. 136 da Lei Nº 14.133/2021.

CLAUSULA SETIMA-DO PAGAMENTO:

7.1. O valor total estimado do presente Contrato é de R\$ XXX (XXXX).

7.1.1. O Município efetuará o pagamento ao vencedor até 30 (trinta) dias após a realização do evento, obedecendo aos tramites legais que envolvam os setores internos da prefeitura de São João do Pacuí .

7.1.2. O valor do contrato é fixo e irrevogável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública, visando o equilíbrio da contraprestação.

7.1.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

7.1.4. O Município poderá sustar o pagamento a que a prestadora de serviço tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

7.1.5. Os pagamentos efetuados à prestadora de serviço não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do serviço, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

7.1.6. O valor a ser pago para o artista/grupo/banda abrange todos os custos e despesas diretas ou indiretamente envolvidas, não sendo devido nenhum outro valor, seja a que título for.

7.1.7. Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo para pagamento será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7.1.8. Por ocasião de cada pagamento, serão efetuadas as retenções cabíveis, nos termos da legislação específica aplicável.

7.1.9. O pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária da Contratada.

CLAUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES:

8.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á Contratada, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa;

8.1.3. Impedimento de licitar e contratar;

8.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

8.2.2. A multa prevista acima será a seguinte:

8.2.1. Caso o artista não compareça para apresentação do show ora contratado, ficará a Contratada obrigada a restituir o valor efetivamente recebido corrigido monetariamente, acrescido de multa moratória de 02% (dois por cento);

8.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

8.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o Contratante, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

8.5. O pagamento da multa não eximirá a Contratada de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

8.6. O Contratante deverá notificar a Contratada, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a prestação dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

8.7. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente comprováveis, a critério da autoridade competente do Contratante, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

CLAUSUAL NONA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1. A extinção do Contrato poderá ser:

9.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação, desde que haja interesse da Administração;

9.1.3. Determinada por decisão

CLAUSULA DECIMA– DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

10.1. Aplica-se ao presente Contrato o disposto na Lei Nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 007/2024

10.2. Os casos omissos serão decididos segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOS CASOS FORTUITOS E FORÇA MAIOR

11.1. A Contratada não poderá ser responsabilizada pela não presença no local do show, na data e hora programada, na ocorrência de: calamidades públicas, tempestades que provoquem falta de energia elétrica ou desabamentos, catástrofes de qualquer natureza, qualquer doença repentina do artista que comprometa a sua apresentação, ou qualquer intempérie que impeça o evento.

11.1.1. Ocorrendo a falta de energia, ou qualquer interrupção do evento que possa vir a ser temporária, a Contratada se obriga a permanecer nas imediações do evento, em um período de 90 min (noventa minutos), de seu início, para a devida solução do problema que gerou a interrupção.

11.2. No caso de cancelamento da apresentação por caso fortuito ou por força maior, a CONTRATADA devolverá a contratante os valores pagos podendo destes serem descontados os valores referentes as despesas executadas, como locomoção, hospedagem, alimentação e outras conforme proposta apresentada.

11.2.1- Poderão ainda as partes na hipótese prevista no item 11.2, optar pelo agendamento de nova data para apresentação, conforme disponibilidade de agenda do artista, ficando neste caso a cargo da CONTRATANTE, arcar com as despesas da logística do artista para nova apresentação.

12 – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coração de Jesus/MG para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente Contrato, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

São João do Pacuí (MG), de de 2024 .

PELO CONTRATANTE:

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO PACUÍ

Túlio Ricardo Martins Soares

Secretário de Administração

Ordenador da despesa Decreto Municipal 005/2021

PELA CONTRATADA: